



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639153 - SP (2021/0005167-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LIANE SILVEIRA MOREIRA - SE006038
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO HENRIQUE BENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO HENRIQUE BENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0005785-34.2020.8.26.0521).

O paciente requereu no agravo em execução interposto no Tribunal de origem a retificação do cálculo da pena para que fosse considerada a fração de 2/5 para fins de progressão de regime. O Tribunal de origem manteve a decisão do juízo da execução, nesse ponto, para que a fração para fins de progressão seja calculada no percentual de 3/5 do cumprimento da pena.

A impetrante sustenta, em suma, que "se de um lado a parte paciente não é primária, como mencionado pelo inciso V, do artigo 112 da Lei de Execução Penal, de outro, não é reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado, como expressamente exige o inciso VII do mesmo artigo" (fl. 7).

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja "reconhecida a incidência do disposto no inciso V do artigo 112 da LEP com redação dada pela Lei n. 13.964/2019, determinando-se a aplicação da fração de 40% (quarenta por cento) no cálculo de penas da parte paciente, porquanto reincidente simples" (fl. 16).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente